



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PARA OS ASSUNTOS DE TERRAS E CONCESSÕES PÚBLICAS

Relatório n.º 3/VI/2015

Assunto: Acompanhamento da “Política energética de Macau”

I

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Regimento da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução n.º 1/1999 e alterado pelas Resoluções n.ºs 1/2004, 2/2009 e 1/2013, foi criada a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas (doravante designada por Comissão).

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 77.º e artigo 88.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão aprovou, em 26 de Fevereiro de 2014, a Deliberação sobre as regras de funcionamento da Comissão, ou seja, a Deliberação n.º 1/2014 e o seu Anexo “Regras de Funcionamento da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas” (doravante designado por Regras de funcionamento).

3. De acordo com o n.º 2 do artigo 9.º das supra citadas “Regras de funcionamento”, “No final de cada sessão legislativa a Comissão pode elaborar um relatório ou parecer das actividades prosseguidas e dos assuntos analisados nessa sessão.”.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

4. Na presente sessão legislativa, a Comissão procedeu ao acompanhamento da política energética de Macau, e vem agora apresentar o presente relatório para esclarecimento da situação da referida política.

II

O essencial da discussão levada a cabo nas reuniões

5. Nos dias 27 de Maio e 13 de Agosto de 2015, a Comissão reuniu-se para acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelo Governo no âmbito da política energética de Macau, e na reunião de Maio contou com a presença de representantes do Governo, nomeadamente, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, e o Coordenador do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético, Arnaldo Santos.

6. Na reunião do dia 27 de Maio, a Comissão ouviu, primeiramente, a breve apresentação dos representantes do Governo sobre a política energética de Macau, e, de seguida, avançou com a discussão e troca de impressões com os representantes do Governo. As questões abordadas foram: o fornecimento de electricidade e de gás natural, as energias renováveis, a conservação energética, etc.. A Comissão prestou especial atenção aos vários anos que já dura a interrupção do fornecimento de gás natural pela Companhia de Gestão de Participações e Energia Sinosky, Limitada, e ao ponto de situação da celebração do contrato de fornecimento de gás natural a montante e a longo prazo.

7. Actual situação relativa à procura e ao consumo de energia em Macau



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Segundo os elementos facultados pelos representantes do Governo, nos últimos cinco anos, o aumento médio do consumo de energia final foi cerca de 5,97%. Em 2014, o consumo de energia final atingiu 37.065 TJ, com a electricidade a ocupar, na estrutura daquele tipo de consumo, 43,46% do consumo global de energia, enquanto o gás natural ocupou apenas 0,13%. As restantes energias mais consumidas foram o querosene, o gasóleo, a gasolina, o GPL e os combustíveis pesados. A energia de Macau provém, essencialmente, do exterior, em 2014, a electricidade importada do Interior da China representou 88% da totalidade.

8. Limitações e oportunidades de desenvolvimento do sector energético de Macau

Durante a sua apresentação, os representantes do Governo salientaram que, em Macau, os recursos energéticos são escassos, a escala do mercado da energia é pequena, e os espaços são limitados, portanto, dependemos essencialmente da importação de energia, ao que acresce o facto de tanto o abastecimento como os preços da energia serem influenciados por factores externos, e de não serem muitas as energias à nossa escolha. Entretanto, devido ao aumento continuado da procura de energia, às metas de redução das emissões previstas no “Protocolo de Quioto”, aplicadas a Macau, bem como ao posicionamento de “Cidade Internacional de Turismo e Lazer”, Macau está a encarar diversas limitações e desafios no âmbito da definição das políticas energéticas.

Mesmo assim, o Governo da RAEM entende que, com o reforço da cooperação regional, Macau vai poder beneficiar de vantagens adicionais em termos de recursos, e para além disso, através do aumento contínuo da eficiência energética e do aperfeiçoamento contínuo das tecnologias de conservação energética, assim como da exploração e aplicação dos recursos solares, Macau



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

vai ter, no futuro, muitas oportunidades para desenvolvimento do seu sector energético.

9. Objectivos políticos e estratégias

Pelo exposto, o Governo da RAEM fixou o “fornecimento de energia seguro, estável, ambiental e económico” como objectivo da política energética de Macau. Com vista à concretização desse objectivo, o Governo determinou as seguintes estratégias: diversificação energética, modernização das instalações, racionalização do uso da energia, e reforço da cooperação regional.

Quanto à diversificação energética, explicaram os representantes do Governo que parte dessa diversificação vai ser concretizada através da cooperação regional, especialmente, quanto a determinadas energias limpas, em relação às quais Macau não reúne condições para a sua produção, como por exemplo, a electricidade produzida através de energias eólica e nuclear. Ou seja, as energias limpas são importadas através da aquisição de electricidade do Interior da China.

10. Fornecimento de electricidade

10.1. Quanto à política de fornecimento de electricidade, a Comissão discutiu, essencialmente, com o Governo, as questões relacionadas com a tendência de evolução da aquisição de electricidade do Interior da China, a segurança e a estabilidade do fornecimento de electricidade, a capacidade de resposta em caso de interrupção, a função das centrais eléctricas locais, e os respectivos trabalhos de fiscalização.

Alguns membros da Comissão concentraram, ainda, a sua atenção, nas razões do Governo para o indeferimento do pedido de troca de geradores, apresentado pela CEM, no ano passado. Tendo em conta o envelhecimento e a



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

redução da capacidade produtiva desses geradores, aumentou a dependência de Macau quanto à aquisição de electricidade do Interior da China. No entanto, as tarifas da electricidade são mais elevadas em Macau do que no Interior da China e em Hong Kong.

10.2. Segundo os esclarecimentos dos representantes do Governo, nos últimos anos registou-se um brusco aumento do consumo de electricidade, e como são poucos os terrenos adequados para a construção de instalações para produção de electricidade, a aquisição de electricidade do Interior da China vai continuar a ser uma estratégia de longo prazo, e os geradores de Macau ficarão como equipamentos suplentes. Quanto à proporção da electricidade adquirida do Interior da China, há que ter, principalmente, em conta, os benefícios económicos, que são influenciados pelo preço internacional do petróleo. Isto é, quando o preço do combustível pesado estiver em baixa, estarão reunidas as condições para aumentar a proporção da electricidade produzida localmente.

Por outro lado, a electricidade importada através da rede da “China Southern Power Grid Corporation Ltd.” permite garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento. As redes de grande dimensão não utilizam apenas um cabo, e para além disso, os cabos utilizados conseguem resistir à passagem de electricidade de alta tensão. Actualmente, dispomos de duas interligações de transmissão eléctrica de 220 kV, e está prevista para 2017 a entrada em funcionamento da terceira interligação. Se a isto se juntarem os tais geradores suplentes de Macau, está garantido o fornecimento suficiente de electricidade. Prevê-se que o sistema de abastecimento de electricidade consiga responder ao dobro da procura máxima de electricidade, portanto, mesmo que se registem danos em algum dos cabos da rede da “China Southern Power” e se, em simultâneo, os geradores de Macau estiverem totalmente desactivados, ainda dispomos duma reserva de energia suficiente para encarar situações imprevisíveis, garantindo assim a segurança do fornecimento de electricidade.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

10.3. Relativamente à fiscalização do fornecimento de electricidade, os representantes do Governo salientaram que é difícil evitar, totalmente, as interrupções de electricidade. O apagão ocorrido no passado mês de Abril deveu-se a um problema registado numa subestação de alta tensão de 110kV, subestação essa que é responsável pelo fornecimento de electricidade a outras quatro subestações de menor dimensão, situação que resultou numa interrupção do fornecimento de electricidade que abrangeu uma grande área de Macau. E como a reactivação do sistema de segurança envolve mais de cem manobras, não foi possível a recuperação imediata do fornecimento. Tendo em conta que são raros os incidentes deste tipo, o Governo acredita que é extremamente baixa a possibilidade da sua repetição, num curto espaço de tempo.

— Quanto às soluções que o Governo vai adoptar para encarar os incidentes com os transformadores, os representantes do Governo responderam que, devido aos custos e à escassez de recursos de solos, não era possível ainda instalar transformadores suplentes em cada prédio, mas quanto a determinadas instalações de maior importância, tais como hospitais e postos fronteiriços, o Governo está a estudar, juntamente com a CEM, o reforço do abastecimento da reserva de energia. Com vista a reduzir o tempo médio das interrupções por utente e por ano, o Governo vai aplicar, gradualmente, nos novos aterros, a nova técnica de circuito fechado de média tensão, que não carece do fornecimento de electricidade doutras zonas em caso de interrupção. Espera-se que, com a implementação desta técnica, o tempo médio das interrupções de electricidade por utente seja reduzida até 0,1 segundos por ano. Esta técnica já está a ser utilizada na zona dos NAPE e no campus da Universidade de Macau, na Ilha de Hengqin. No futuro, o Governo vai ainda introduzir o sistema de rede inteligente, que permite saber qual é a situação do consumo de electricidade e das interrupções por utente.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

10.4. No que diz respeito à apreciação do pedido formulado pela CEM, os representantes do Governo salientaram que, para além dos complexos procedimentos administrativos, o Governo ainda precisa de proceder a uma avaliação dos benefícios económicos do projecto de investimento. Se bem que a utilização do gás natural para a produção de electricidade seja relativamente mais limpa, não é nada barata, por isso, a CEM vai, este ano, realizar um estudo sobre o assunto, cuja conclusão está prevista para o terceiro ou quarto trimestres deste ano. Ademais, a construção duma central eléctrica a gás natural é projecto de investimento significativo que envolve mais de 1000 milhões de patacas, portanto, o Governo quer garantir, em primeiro lugar, a estabilidade permanente do fornecimento de gás natural a montante, a fim de evitar desperdícios de recursos e instabilidade das tarifas.

10.5. Relativamente ao tarifário da electricidade em Macau, segundo os representantes do Governo, as tarifas cobradas pela CEM são próximas das da Hong Kong Electric, mas incomparáveis com as tarifas da China Light & Power Company de Hong Kong, uma vez que os custos de utilização da energia nuclear para produção de electricidade são baixos. Quanto às tarifas do Interior da China, dependem da tipologia do utente, isto é, é atribuída uma bonificação para o uso doméstico, enquanto para o uso industrial e comercial as tarifas já são relativamente mais elevadas. Seja como for, a razão principal que contribui para as tarifas da electricidade serem mais elevadas em Macau do que nas regiões vizinhas é, essencialmente, a dimensão do mercado de Macau.

Os representantes do Governo afirmaram ainda que as tarifas da electricidade em Macau estão sob controlo do Governo da RAEM. Se bem que a fixação de tarifas tenha que obedecer às cláusulas contratuais, para garantir que a CEM possa receber, anualmente, 9,5% do valor do Activo Fixo Líquido¹, se os

¹ Extracto do Contrato entre a Região Administrativa Especial de Macau e Companhia de Electricidade de Macau — CEM, S. A., “Contrato de Prorrogação da Concessão do Serviço Público de Fornecimento de Energia Eléctrica na Região Administrativa Especial de Macau”, Anexo II, Artigo 2.º n.º 1: Quando a RAEM



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

lucros anuais forem superiores a 9,5% do valor do activo fixo, o excedente é transferido para a conta de "Provisão para estabilização tarifária", e no ano em que os lucros forem inferiores à retribuição garantida, a diferença é compensada pela conta de "Provisão para estabilização tarifária".² Segundo os esclarecimentos dos representantes do Governo, as garantias oferecidas pelo Governo à sociedade concessionária de serviço público, no sentido desta poder contar, anualmente, com uma retribuição justa do seu investimento, é uma prática que se aplica a nível internacional. E mais ainda, como o mercado de Macau é pequeno, é relativamente mais difícil atrair investimentos. As percentagens da retribuição actualmente em vigor foram fixadas tendo em consideração o montante do investimento, os custos de exploração e a depreciação dos bens da sociedade concessionária. Mesmo havendo uma indexação dos lucros ao valor do activo fixo, o Governo ainda fiscaliza, rigorosamente, a qualidade dos projectos e a capacidade de exploração dos investidores.

11. Fornecimento de gás natural

11.1. Os representantes do Governo esclareceram os objectivos políticos da opção pelo gás natural: (1) Garantir a segurança e a estabilidade do fornecimento de gás natural; diversificar o fornecimento de energia e otimizar a estrutura energética; (2) Utilizar racionalmente o gás natural para produção de electricidade; expandir a aplicação do gás natural ao uso doméstico e aos transportes públicos;

fixe as tarifas de energia eléctrica, assegurará que, em cada exercício, o valor do Resultado anual sujeito a controlo não seja inferior à soma dos seguintes valores: 1) O produto que resulta da aplicação da taxa de 9,5% ao valor do Activo Fixo Líquido (antes da reavaliação efectuada nesse ano, a que se refere o artigo 15.º do presente contrato) existentes no final de cada ano; 2) 1,5% do valor dos investimentos feitos na Sociedade pelos accionistas depois de 22 de Junho de 1984, o qual corresponde ao aumento dos Capitais Próprios verificado desde aquela data até ao início do exercício em referência, incluindo as provisões que não tenham sido aceites fiscalmente, exceptuando as referidas no artigo 3.º do presente Anexo.

² *Idem, Anexo II, Artigo 3.º: 1. Se, no final de cada exercício, o valor apurado nos termos previstos no artigo 1.º do presente Anexo for superior ao valor apurado nos termos previstos no artigo 2.º do mesmo, tal excedente é transferido, reportada a esse exercício, para uma conta de «Provisão para estabilização tarifária».*

2. Se, no final de cada exercício, o valor apurado, nos termos do artigo 1.º do presente Anexo for inferior ao valor apurado nos termos do artigo 2.º do mesmo, a diferença encontrada é transferida, reportada a esse exercício, da conta de «Provisão para estabilização tarifária» para uma conta de «Utilização de provisões», não sendo o valor transferido passível de tributação.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

utilizar energias limpas e melhorar o meio ambiente; (3) Promover a concorrência saudável do mercado; e (4) Construir uma rede de gás de cidade moderna e segura.

11.2. No entanto, segundo um dos membros da Comissão, em 2007, o Governo celebrou, com a Sinosky, um contrato de concessão para importação e transmissão de gás natural, cujo prazo é de 15 anos. Esse prazo já passou de metade, e ainda não foi celebrado um contrato de fornecimento a longo prazo de gás natural a montante para assegurar o abastecimento de energia, daí que, neste momento, o gás natural só esteja a ser fornecido no complexo de habitação pública de Seac Pai Van e na Universidade de Macau, na Ilha da Montanha, duvidando-se assim da possibilidade de concretização da política de gás natural, lançada pelo Governo.

— Um dos membros da Comissão espera que o Governo esclareça a sua posição e atitude sobre o incumprimento, desde há muito tempo, das cláusulas do contrato por parte da Sinosky, sobretudo, se vai ser rescindido, ou não, o contrato de concessão exclusiva. E caso este não seja rescindido, pediu ao Governo para esclarecer como é que vai avaliar a empresa quanto à sua capacidade para assegurar a aquisição de gás natural. Alguns membros da Comissão consideram que, provavelmente, existirão no mercado outras empresas com mais capacidade para o fazer.

Para além disso, alguns membros da Comissão também esperam que o Governo esclareça qual é o peso que, no futuro, o gás natural vai representar no consumo de energia final. É que, segundo os dados apresentados pelo Governo, em 2014, o gás natural ocupou apenas 0,13% do consumo de energia final.

11.3. Segundo os esclarecimentos dos representantes do Governo, o processo de fornecimento de gás natural, desde a fonte até chegar às habitações,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

divide-se em três partes: primeiro, o gás natural é importado da fonte para a “Gate Station” da Sinosky e daqui segue para o distribuidor; em seguida, este transmite o gás natural aos edifícios; e finalmente, o gás chega a casa dos clientes através das instalações para o efeito, existentes nos edifícios.

A não generalização do fornecimento de gás natural deve-se, em parte, à não conclusão da construção da rede de gasodutos. Esta construção exige obras de escavação, e a construção da rede que serve a Taipa e Coloane só vai em metade, e ainda nem sequer se iniciou a construção da rede que vai servir Macau. E para além disso, o Governo ainda vai continuar a alargar a rede de gasodutos.

Outra razão prende-se com a fonte de gás natural a montante. O Governo está a estudar com a Sinosky a forma de resolução dos respectivos problemas, incluindo o preço do gás natural e o cumprimento do contrato. Se a negociação falhar, não se exclui a hipótese de rescisão do contrato de concessão exclusiva ou de se recorrer à via judicial.

11.4. Segundo os representantes do Governo, actualmente, na produção de electricidade na central eléctrica da CEM em Ká-Hó, utilizam-se combustíveis pesados e não gás natural. E quanto aos antigos grupos de geradores, vão ser, na altura oportuna, substituídos por geradores alimentados a gás natural. No entanto, segundo as previsões, a electricidade gerada desta forma vai ocupar apenas uma pequena parte do consumo de energia final, portanto, a maioria da electricidade vai continuar a ser importada do Interior da China. Os representantes do Governo salientam que uma parte significativa da electricidade comprada ao Interior da China já é gerada através de energias limpas.

12. Protecção ambiental e Conservação energética, Energias Renováveis



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ca
CS
Am
[Handwritten marks and signatures]

12.1. Relativamente à Protecção ambiental e Conservação energética, Energias Renováveis, a Comissão e o Governo estudaram, em conjunto, várias matérias, inclusivamente, as políticas de conservação energética para os próximos cinco anos, a promoção da utilização de autocarros a gás natural e de veículos eléctricos, a eficiência real da produção de electricidade a partir de energia solar, as dificuldades da generalização da produção de electricidade a partir de energia solar nos edifícios velhos, bem como a possibilidade da produção de electricidade a partir das energias eólica e hídrica.

12.2. Segundo os representantes do Governo, no que respeita às políticas de conservação energética, o Governo vai sensibilizar, gradualmente, as famílias para a redução do desperdício de recursos através de acções de divulgação e educação. No entanto, a promoção das referidas políticas exige vários suportes técnicos, por exemplo, construções amigas do ambiente. O Governo já tomou como referência as experiências de territórios avançados, como a União Europeia, e, no futuro, vai definir, em primeiro lugar, um conjunto de padrões orientadores para o sector. A longo prazo, vai estabelecer mecanismos através da legislação.

12.3. Actualmente, estão em circulação apenas 20 autocarros movidos a gás natural. Segundo os esclarecimentos dos representantes do Governo, neste momento, apenas num contrato celebrado com uma das empresas concessionárias se exige, expressamente, aquele tipo de autocarro, no entanto, prevê-se que vão estar reunidas as condições, ainda durante o corrente ano, para a celebração de novo contrato com outra empresa concessionária, no qual serão introduzidas cláusulas desse tipo, exigindo-se o aumento gradual do número de autocarros a gás natural.

O Governo ainda não elaborou uma calendarização para incentivar o uso de veículos eléctricos, uma vez que o seu preço é cerca do dobro dos normais, por isso, não se trata de um tipo de veículo atractivo, por isso é que são menos de



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ca
CS
美 A
↑
↓
字
Chen

100 os veículos eléctricos em circulação. Por outro lado, a promoção destes veículos exige a resolução, a nível técnico, do problema do seu carregamento. Aquando da alteração do Regulamento Geral da Construção Urbana, o Governo espera introduzir normas que exijam a instalação de dispositivos de carregamento para veículos eléctricos em todos os lugares de estacionamento dos edifícios recém-construídos.

12.4 Relativamente à exploração e aproveitamento de energias renováveis, os representantes do Governo indicaram que, de acordo com os estudos, Macau não é uma região onde os recursos solares sejam os mais ricos, no entanto, ainda se situa num âmbito considerado adequado.

No ano transacto, o Governo elaborou o Regulamento de segurança e instalação das interligações de energia solar fotovoltaica. E antes disso, estipulou, no contrato de exclusividade da Companhia de Electricidade de Macau — CEM, S.A. (CEM), que a aquisição de quaisquer interligações de energias renováveis por parte da CEM deve ser, directamente, efectuada, em conformidade com os preços definidos pelo Governo, de modo a assegurar retornos razoáveis para os investidores.

Quanto à generalização e utilização da electricidade a energia solar na comunidade, segundo os representantes do Governo, não existem, provavelmente, problemas técnicos nos prédios altos em geral. Mas quanto à possibilidade de produção de electricidade a energia solar nos prédios antigos, o Governo vai ter em conta a realidade e assegurar o rigor na aprovação das respectivas plantas, com vista a salvaguardar a segurança dos prédios e das interligações.

O Governo já procedeu a estudos sobre a viabilidade de outras energias renováveis. Entende ser relativamente difícil a utilização da energia hídrica para a produção de electricidade em Macau, e como os recursos eólicos em Macau não



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

são ricos, depois de estudada a situação da produção de electricidade a energia eólica em Hengqin, o Governo concluiu que o desenvolvimento desta última não será economicamente eficiente.

13. Mercado dos combustíveis

Alguns membros da Comissão centraram a sua atenção na uniformização dos preços dos produtos combustíveis no mercado e do seu rápido aumento e diminuição lenta, e levantaram suspeitas sobre a possível definição conjunta de preços por parte do respectivo sector.

Segundo as explicações dos representantes do Governo, o facto de os preços do petróleo estarem relativamente uniformizados deve-se à pequenez do mercado e à proximidade entre as bombas de gasolina. Pois caso exista alguma diferença nos referidos preços, os residentes conseguem, de imediato, encontrar outra bomba de gasolina com preços mais razoáveis.

Quanto à razoabilidade dos preços do petróleo, segundo os representantes do Governo, atendendo à pequena dimensão do mercado de Macau, os distribuidores querem reduzir os custos de aquisição e adquirem sempre reservas para um ou dois meses, o que leva a que os preços nem sempre consigam articular-se, de imediato, com as mudanças do preço internacional. O Governo criou um grupo de trabalho interdepartamental para acompanhar a situação, e, a partir deste ano, começou a exigir a declaração dos preços de importação dos produtos em causa com vista ao seu rastreio, tomando como referência a evolução do preço dos combustíveis no mercado internacional.

III

Opiniões e sugestões



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

14. A Comissão apresentou as suas opiniões em relação aos vários problemas concretos surgidos aquando da implementação da política energética e das demais políticas com esta relacionadas. Todavia, devido ao amplo âmbito do tema e ao tempo limitado para discussão, algumas das questões não receberam resposta aprofundada do Governo.

15. Assim sendo, na próxima sessão legislativa, a Comissão continuará a prestar atenção à política energética de Macau, não excluindo a possibilidade de proceder ao acompanhamento de determinadas temáticas, nomeadamente, o abastecimento de gás natural a montante e o contrato de concessão de gás natural com a Sinosky.

16. A Comissão irá também continuar, sem tréguas, a fiscalização sobre os trabalhos do Governo no âmbito da implementação da política energética, incluindo:

- (1) Assegurar um suficiente e estável abastecimento de electricidade;
- (2) Assegurar o bom estado do sistema de abastecimento de electricidade e dos respectivos equipamentos, proceder, periodicamente, às respectivas inspecção e reparação, e ainda acelerar a aplicação de novas tecnologias para as diversas zonas, com vista a evitar, o mais possível, a ocorrência de apagões e a encurtar a sua duração média por utente e por ano;
- (3) Tratar, com afinco, os problemas relativos ao abastecimento de gás natural a montante;



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

ca
CS
美
An
A
3
-
Clan

(4) Fiscalizar, rigorosamente, a situação do cumprimento do Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural por parte da empresa Sinosky;

(5) Definir os indicadores de conservação energética e criar, passo a passo, os mecanismos respectivos através de produção legislativa;

(6) Aumentar, gradualmente, o número de autocarros movidos a gás natural e resolver os problemas relativos ao carregamento dos veículos eléctricos;

(7) Incentivar a exploração e o aproveitamento das energias renováveis; e

(8) Estabelecer mecanismos para assegurar que os preços do petróleo se situem em níveis razoáveis, com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores.

IV

CONCLUSÕES

17. Em conclusão:

1) Entregar o presente relatório ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa e propor a distribuição do mesmo a todos os Deputados;

2) Enviar o presente relatório ao Governo.

Macau, 13 de Agosto de 2015



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

A Comissão,

Ho Ion Sang
(Presidente)

Chan Melinda Mei Yi
(Secretária)

Kwan Tsui Hang

Kou Hoi In

Leonel Alberto Alves

Tsui Wai Kwan



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Au Kam San

Chan Iek Lap

Ma Chi Seng

Song Pek Kei